



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLÓGICA - 2023

ATENÇÃO A SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DAS MULHERES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA

Lanai Tyelle Nascimento Moreira¹; Márcia Sandra Fernandes dos Santos Lima²

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: lanait@outlook.com
2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: marsanlima@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; saúde sexual; saúde reprodutiva; COVID-19

INTRODUÇÃO

A Covid-19, originada em Wuhan, China, foi declarada pandemia pela OMS em 11 de março de 2020. A doença, transmitida principalmente por gotículas respiratórias (CIOTTI et al., 2020), provocou mudanças na prevenção e tratamento de problemas de saúde, justificando o uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento social, o que levou as pessoas a ficarem em casa.

Devido ao medo de contaminação e dificuldades de circulação, as mulheres evitaram os serviços de saúde, reduzindo a procura por contraceptivos, pré-natal e aborto legal. O distanciamento social também levou à diminuição de consultas, exames e orientações para a prevenção e tratamento de problemas de saúde. A falta de acesso a esses serviços afetou também a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, que inclui pré-natal, planejamento reprodutivo, acesso a contraceptivos e aborto legal. O cuidado deve considerar as especificidades das mulheres e fatores como gênero, raça e classe social (UNFPA, 2020).

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2013, p. 15), define a saúde reprodutiva como “um conjunto de métodos, técnicas e serviços que vão contribuir à saúde e ao bem-estar reprodutivo, atuando na prevenção e na resolução de problemas da saúde reprodutiva”. O atendimento à saúde sexual e reprodutiva inclui acesso ao pré-natal, planejamento reprodutivo, escolha sobre ter ou não filhos, acesso a métodos contraceptivos, e acesso ao aborto legal e seguro.

Este estudo teve como pergunta norteadora: quais as evidências sobre a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres durante a pandemia da Covid-19 no período de 2020 a 2023? Objetivou-se analisar como ocorreu a atenção à saúde sexual e reprodutiva das

mulheres durante a pandemia da covid-19. Os objetivos específicos incluem descrever como tais direitos foram garantidos e identificar as facilidades e os desafios enfrentados durante o período pandêmico.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa que segue seis etapas metodológicas com base no referencial de Mendes, Silveira e Galvão (2008).

A primeira etapa consistiu na definição do tema e na formulação da pergunta norteadora, construída utilizando a estratégia PICO. Na Segunda etapa foi realizada uma busca criteriosa dos artigos nas bases de dados LILACS, BDNF e MEDLINE. Foram utilizados descritores como "Mulheres", "Saúde Sexual e Reprodutiva", "Direito à saúde" e "Pandemia por COVID-19". Os critérios de inclusão abrangem artigos publicados de março de 2020 a maio de 2023, disponíveis online em português, inglês e espanhol.

Foram identificados 327 artigos na plataforma BVS. Após aplicação dos filtros, restaram 271 publicações, das quais 238 foram excluídas após leitura do título e resumo. Dos 33 artigos lidos na íntegra, 4 foram excluídos por não se adequarem à pergunta ou à população do estudo. Assim, 29 artigos foram analisados por atenderem aos critérios estabelecidos.

Na terceira etapa, foram determinadas as informações a serem extraídas dos estudos selecionados para criar um banco de dados acessível. Na quarta etapa, realizou-se a análise crítica dos dados extraídos dos estudos selecionados, observando os aspectos metodológicos, e principalmente os resultados e conclusões. Na quinta etapa, realizou-se a discussão dos principais dados dos artigos selecionados, realizando a comparação entre os estudos e as temáticas abordadas. Na sexta e última etapa, foi estruturada a revisão integrativa, sintetizando o conhecimento identificado nas produções científicas que compõem o corpo do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos estudos selecionados, a maioria apresentou análises e sugestões sobre a saúde sexual e reprodutiva durante a pandemia, enquanto seis publicações apresentaram resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas. A categoria profissional mais prolífica foi a medicina com 18 estudos. Também houve contribuições das áreas de enfermagem, serviço social e biomedicina.

A Telessaúde foi amplamente abordada nos estudos como uma maneira segura de fornecer atendimento de saúde sexual e reprodutiva durante a pandemia, que permitiu avaliar o estado de saúde das mulheres sem a necessidade de contato físico (STANTON, 2021). Também foram mencionados desafios, como desigualdade no acesso à internet e dispositivos, e a necessidade de integração de serviços de intérpretes.

A contracepção detacada na maioria dos estudos ressaltou preocupações com o acesso limitado aos serviços e assistência ao aborto seguro durante a pandemia, causados porque esses serviços historicamente não são considerados essenciais, com recursos limitados (CROWLEY et al., 2022). As restrições de acesso causadas pelo fechamento desses serviços afetaram desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, resultando em gestações indesejadas e possíveis mortes evitáveis.

O aborto legal acentuou problemas já existentes na América Latina, dificultando o acesso a este procedimento, com consequente aumento de abortos inseguros. Em países com leis restritivas sobre o tema, o acesso ao aborto legal tornou-se ainda mais difícil durante a pandemia, levando ao aumento dos abortos inseguros, o que teve graves consequências para a saúde das mulheres, incluindo mortes e morbidades evitáveis (PILECCO *et al.* (2021).

Os serviços de combate às ISTs foram considerados "não essenciais" em alguns casos, o que resultou em falta de preocupação com a saúde das mulheres e falta de recursos para esses serviços. Isso levou ao aumento de casos de ISTs, incluindo HIV, hepatites e sífilis, com impacto desproporcional nas populações mais vulneráveis (DA SILVA, 2017).

Em relação ao Pré-Natal e Parto foi destacada a interrupção de tais serviços, cujos leitos de maternidades foram direcionados a pacientes com COVID-19, o que afetou o acesso das mulheres a cuidados essenciais durante a gravidez e o parto, com riscos para a saúde materna e neonatal (MULLINS *et al.* 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examina as mudanças no atendimento à saúde sexual e reprodutiva das mulheres durante a pandemia da COVID-19, enfatizando a essencialidade desses serviços em momentos de crise. Ele destaca os desafios agravados enfrentados por mulheres de baixa renda e minorias étnicas, como trabalho de parto prolongado, partos domiciliares, gravidez indesejada e complicações do aborto, aumentando os riscos de morbidade e mortalidade materna. O estudo reforça a importância de respeitar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em todos os momentos, dada sua relevância para a saúde física, mental e emocional.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, E. R.; CABRAL, C. S. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de COVID-19 no Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 200762, jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/interface.200762>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PrkQZTHQFkMYVQQLHJxKPNF/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica nº 16. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 7 ago. 2020. Assunto: Acesso à saúde sexual e saúde reprodutiva no contexto da pandemia da Covid-19.

CIOTTI, M. A pandemia de COVID-19. *Revisões críticas em ciências laboratoriais clínicas*, v. 57, n. 6, pág. 365-388, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/10408363.2020.1783198>.

Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10408363.2020.1783198>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CROWLEY, J. S. et al. Emerging Lessons and Policy Options for Sexually Transmitted Infection Telehealth Payment: a narrative review. *Sexually Transmitted Diseases*, [S.L.], v. 49, n. 11, p. 26-30, 26 maio 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1097/olq.0000000000001653>. Disponível em: https://journals.lww.com/stdjournal/fulltext/2022/11002/emerging_lessons_and_policy_options_for_sexually.7.aspx. Acesso em: 12 jul. 2023.

MENDES, K.; SILVEIRA, R.; GALVÃO, C. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto-enfermagem*, v. 17, p. 758-764, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MULLINS, E. et al. Coronavirus in pregnancy and delivery: rapid review. *Ultrasound in Obstetrics & Gynecology*, [S. l.], v. 55, n. 5, p. 586-592, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/uog.22014> Disponível em: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/uog.22014>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PILECCO, F. B. et al. Abortion and the COVID-19 pandemic: insights for Latin America. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 37, n. 6, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00322320>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/CBk4tcCLgwpMHVkbHWswjhS/?lang=en>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SILVA, T. D. Doenças sexualmente transmissíveis: quebrando tabus e ressignificando a importância da prevenção na unidade básica de saúde. 2017. Acesso em: 05 set. 2023.

SOUZA K.V; TYRRELL, M.A.R. Os fatos & atos relacionados ao (difícil) exercício dos direitos sexuais e reprodutivos: em recortes, o processo de viver de um grupo de mulheres de classes populares. *Texto Contexto - Enfermagem* 2007; 16(1):47-54.

STANTON, T.; BATESON, D. Effects of the COVID-19 pandemic on family planning services. *Current Opinion In Obstetrics & Gynecology*, [S.L.], v. 33, n. 5, p. 425-430, 20 jul. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1097/gco.0000000000000746>. Disponível em: https://journals.lww.com/co-obgyn/abstract/2021/10000/effects_of_the_covid_19_pandemic_on_family.14.aspx. Acesso em: 12 jul. 2023.

TELO, Shana Vieira; WITT, Regina Rigatto. Saúde sexual e reprodutiva: competências da equipe na Atenção Primária à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(11):3481-3490, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/f5ScjnT5qBNGwvv7yGwYzMj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 ago. 2023.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Materna e Neonatal e COVID-19. -, [S.L.]. p. 14-18, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/COVID19-TechBrief-SSR-23Mar20.pdf>, https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/COVID-19_Preparedness_and_Response_-_UNFPA_Interim_Technical_Briefs_Maternal_and_Newborn_Health_-_23_March_2020_.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.